

Município de Rosário do Sul
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Indicador	2016	2017	2018	2019	2020	2021
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	6,29%	3,92%	3,58%	4,07%	4,02%	3,94%
VARIAÇÃO DO PIB	-3,60%	0,53%	2,43%	3,01%	2,68%	2,64%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	6,76%	11,35%	3,70%	7,27%	7,44%	6,14%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	13,51%	4,09%	7,82%	8,47%	6,79%	7,70%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	21,63%	48,02%	31,99%	33,88%	37,96%	34,61%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO	16,86%	-2,41%	6,69%	7,05%	3,78%	5,84%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	10,71%	3,66%	17,90%	10,76%	10,77%	13,14%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTIVO	9,83%	4,08%	2,46%	4,00%	4,00%	4,00%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	9,83%	4,08%	7,46%	4,00%	4,00%	4,00%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	56,62%	-69,77%	-53,02%	-22,06%	-48,28%	-41,12%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	13,75%	10,18%	6,50%	7,31%	8,09%	8,08%
PIB / RS (em R\$ milhões)	380.449	450.366	472.500	474.557	511.885	553.008

Fonte: PRONIM CP - Contabilidade Pública, SECRETARIA DA FAZENDA, 21/Jun/2018, 10h e 35min.

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origem/espécie/rubrica de receita e/ou grupo de natureza de despesa.

Município de Rosário do Sul

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019

Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas e Demonstrativo das Receitas por Origem

Valores em R\$ 1,00

	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	ARRECADADA 2015	ARRECADADA 2016	ARRECADADA 2017	REESTIMADO 2018	PROJETADO 2019	PROJETADO 2020	PROJETADO 2021
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	76.357.435,80	84.347.857,90	90.972.350,81	102.306.402,87	114.845.184,42	131.545.640,14	153.421.917,14
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.902.235,88	6.094.507,35	8.949.348,77	13.004.058,12	13.967.953,26	20.045.334,20	28.046.387,02
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	IRRF s/Rend.Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas	536.100,80	272.567,65	1.518.894,22	1.540.926,36	1.645.419,46	2.361.332,58	3.303.853,49
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00	IRRF s/Rend.Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo	117.963,62	106.820,77	129.301,79	84.265,20	161.936,14	232.393,69	325.153,13
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Demais Impostos	3.263.226,54	4.835.275,87	5.602.583,64	7.394.843,76	8.927.408,47	12.811.675,63	17.925.428,91
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas	984.944,92	879.843,06	1.698.569,12	3.984.022,80	3.233.189,17	4.639.932,30	6.491.951,49
1.1.3.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições	3.932.367,26	4.143.979,24	4.775.582,15	4.321.272,72	5.391.564,11	6.079.738,84	6.804.876,16
1.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições Sociais	2.282.052,01	2.425.451,81	3.234.143,76	2.487.323,76	3.418.253,16	3.973.016,89	4.558.289,54
1.2.1.0.04.0.0.00.00.00	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (dos servidores)	2.282.052,01	2.425.451,81	3.234.143,76	2.487.323,76	3.418.253,16	3.973.016,89	4.558.289,54
1.2.1.0.06.0.0.00.00.00	Contribuição para os Fundos de Assistência Médica	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.0.99.0.0.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.8.00.0.0.00.00.00	Contribuições Sociais específicas de Estados, DF, Municípios	-	-	-	-	-	-	-
1.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições Econômicas	-	-	-	92.525,28	33.246,09	34.582,59	35.945,14
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.650.315,25	1.718.527,43	1.541.438,39	1.741.423,68	1.940.064,86	2.072.139,36	2.210.641,49
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	1.568.326,98	2.076.664,24	1.613.271,55	1.663.136,19	2.085.138,04	2.227.088,73	2.375.947,70
1.3.1.0.00.0.0.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-	-	-	-
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários	1.568.326,98	2.076.664,24	1.613.271,55	1.663.136,19	2.085.138,04	2.227.088,73	2.375.947,70
1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados - Principal	596.659,90	441.076,44	192.533,81	66.429,96	278.973,72	297.965,51	317.881,58
1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Não Vinculados - Principal	31.781,66	37.715,87	41.071,30	37.632,03	45.146,41	48.219,86	51.442,88
1.3.2.1.00.4.0.00.00.00	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	939.885,42	1.597.871,93	1.378.866,44	1.559.074,20	1.760.710,20	1.880.574,70	2.006.272,61
1.3.2.1.00.5.0.00.00.00	Juros de Títulos de Renda	-	-	-	-	-	-	-
1.3.2.9.00.0.0.00.00.00	Outros Valores Mobiliários	-	-	800,00	-	307,72	328,66	350,63
1.3.3.0.00.0.0.00.00.00	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	-	-	-	-	-	-	-
1.3.6.0.00.0.0.00.00.00	Cessão de Direitos	-	-	-	-	-	-	-
1.3.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-
1.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-
1.5.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	-	201.113,00	1.958,85	11.601,00	87.270,00	93.211,12	99.441,36

1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	63.306.454,04	71.052.652,23	72.027.215,76	80.631.979,68	90.697.044,18	100.378.880,59	113.266.655,60
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	27.382.632,94	31.999.329,42	31.227.544,37	33.315.514,56	38.408.608,92	41.191.754,60	44.881.184,68
1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	19.059.913,79	21.844.051,15	20.756.982,15	23.697.479,52	26.692.535,22	28.813.879,85	31.697.400,43
1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	835.765,37	907.078,17	922.769,47	1.490.765,00	1.327.633,34	1.433.144,78	1.576.565,33
1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	225.582,95	644.632,42	952.052,72	1.480.615,00	1.223.931,80	1.321.201,74	1.453.419,70
1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	1.869.844,96	1.868.383,90	2.029.387,15	431.181,60	1.770.829,44	1.911.563,15	2.102.860,94
1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	232.729,81	235.911,39	271.556,33	344.906,76	341.439,35	368.574,67	405.459,42
1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	3.109.294,95	4.650.118,87	4.138.047,81	4.191.740,52	4.896.929,50	5.093.786,07	5.294.481,24
1.7.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	434.744,44	291.845,30	685.362,97	384.762,72	510.000,97	530.503,01	551.404,82
1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	1.140.711,04	1.065.892,71	1.091.183,04	1.099.728,96	1.225.649,71	1.274.920,83	1.325.152,71
1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	165.270,11	162.785,80	151.926,72	168.769,20	194.803,92	210.285,64	231.329,77
1.7.1.8.10.0.0.00.00.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	308.775,52	328.629,71	228.276,01	25.565,28	224.855,67	233.894,86	243.110,32
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	26.691.594,26	29.549.359,32	30.630.114,74	36.112.455,00	39.876.147,00	45.788.391,87	53.645.871,70
1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	22.571.099,50	25.050.119,77	26.711.562,12	26.642.877,60	32.661.791,07	37.634.635,50	44.258.630,81
1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	2.390.773,77	2.782.400,63	2.892.675,79	6.852.147,00	5.146.369,92	5.929.918,41	6.973.631,23
1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	412.690,58	313.082,25	404.459,23	450.341,64	484.120,51	557.829,14	656.011,51
1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	37.111,72	59.085,74	225.083,23	115.057,92	164.850,42	189.949,33	223.381,93
1.7.2.8.01.5.0.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.8.01.9.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	832.890,76	799.336,98	386.193,68	1.981.553,28	1.173.466,19	1.220.639,53	1.268.732,73
1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	444.184,60	544.147,42	8.375,89	63.787,92	242.015,27	251.744,28	261.663,01
1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	2.843,33	1.186,53	1.764,80	6.689,64	3.533,62	3.675,67	3.820,50
1.7.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
1.7.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	9.232.226,84	9.503.963,49	10.169.556,65	11.204.010,12	12.412.288,26	13.398.734,13	14.739.599,22
1.7.6.0.00.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
1.7.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	2.648.051,44	778.941,84	3.604.973,73	2.674.355,16	2.616.214,82	2.721.386,66	2.828.609,29
1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	120.329,37	159.562,53	640.751,24	-	302.588,29	314.752,34	327.153,58
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	47.795,75	88.217,17	199.549,63	107.936,16	148.308,85	154.270,87	160.349,14
1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	2.479.926,32	531.162,14	2.764.672,86	2.566.419,00	2.165.317,68	2.252.363,45	2.341.106,57
1.9.9.0.03.0.0.00.00.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	1.985.809,44	197.864,30	1.686.583,27	2.538.092,16	1.620.292,93	1.685.428,70	1.751.834,59
1.9.9.0.06.0.0.00.00.00	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.12.0.0.00.00.00	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	483.614,05	242.636,54	839.460,94	3.725,16	411.097,24	427.623,35	444.471,71
1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	10.502,83	90.661,30	238.628,65	24.601,68	133.927,52	139.311,40	144.800,27

2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	671.585,08	1.915.643,72	666.541,96	524.382,08	1.199.728,46	1.281.402,81	1.367.051,98
2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	484.945,22	46.189,37	-	40.656,71	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-	-	-	-
2.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
2.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	186.639,86	1.869.454,35	666.541,96	483.725,37	1.199.728,46	1.281.402,81	1.367.051,98
2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	186.639,86	1.869.454,35	666.541,96	467.056,13	1.193.558,60	1.274.812,92	1.360.021,62
2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	-	16.669,24	6.169,86	6.589,89	7.030,36
2.4.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
2.4.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
2.4.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-	-
2.4.6.0.00.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
2.4.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-
2.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-
2.9.9.0.00.1.1.01.00.00	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Principal	-	-	-	-	-	-	-
2.9.9.0.00.1.1.02.00.00	Remuneracao de Depósitos Bancários - Principal	-	-	-	-	-	-	-
7.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias - RPPS	4.179.785,47	8.013.593,52	6.466.897,04	8.343.089,52	9.586.558,87	11.142.404,80	12.783.813,55
8.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
9.0.0.0.00.0.0.00.00.00	(R) Deduções da Receita	- 9.425.427,33	- 10.406.798,03	- 11.353.660,06	- 12.788.127,79	- 14.164.928,03	- 15.817.608,84	- 18.021.715,31
9.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Deduções da Receita de Impostos	(4.222,32)	(2.633,33)	(188.457,61)	(542.267,52)	- 266.263,07	- 276.966,84	- 287.879,34
9.1.7.0.00.0.0.00.00.00	Deduções para o FUNDEB	(9.293.918,54)	(10.404.164,70)	(10.377.977,10)	(11.648.559,31)	(13.390.090,02)	(15.011.622,34)	(17.183.972,94)
9.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Deduções da Receita Corrente	(127.286,47)	-	(787.225,35)	(597.300,96)	- 508.574,95	- 529.019,66	- 549.863,03
9.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Deduções da Receita de Capital	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DA RECEITA		71.783.378,82	83.870.297,11	86.752.129,75	98.385.746,68	111.466.543,72	128.151.838,90	149.551.067,36

Fonte: PRONIM CP - Contabilidade Pública, SECRETARIA DA FAZENDA, 21/Jun/2018, 10h e 35min.

Município de Rosário do Sul
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019
Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas e Demonstrativo das Despesas por Grupo

Valores em R\$ 1,00

	CONTAS	REALIZADA	REALIZADA	REALIZADA	REESTIMADO	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
	CONSOLIDADAS ANUAIS	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	65.889.790,78	71.604.005,33	78.010.573,25	81.593.967,62	96.064.915,57	110.154.557,63	125.467.851,41
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	45.880.437,72	48.982.142,68	54.543.260,56	56.558.721,26	67.081.406,10	77.968.350,38	89.454.015,74
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Executivo / Indiretas	34.834.515,35	35.675.113,82	39.434.387,33	41.601.137,04	48.899.551,33	56.835.680,31	65.208.252,01
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Legislativo	2.782.902,17	2.981.808,49	3.074.956,81	3.073.855,46	3.833.397,79	4.455.537,23	5.111.890,86
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do R P P S	8.263.020,20	10.325.220,37	12.033.916,42	11.883.728,76	14.348.456,98	16.677.132,84	19.133.872,87
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	456.206,68	427.747,87	364.913,04	127.250,40	362.704,16	392.046,93	423.724,32
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Executiv / Indiretas	456.206,68	427.747,87	364.913,04	127.250,40	362.704,16	392.046,93	423.724,32
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	-	-	-	-	-	-	-
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.553.146,38	22.194.114,78	23.102.399,65	24.907.995,96	28.620.805,31	31.794.160,31	35.590.111,35
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Executivo	18.764.493,71	21.527.343,44	22.379.176,95	23.430.535,68	27.464.946,11	30.510.144,28	34.152.794,77
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Legislativo	702.638,73	547.583,51	628.930,31	1.344.463,20	1.014.516,07	1.127.001,36	1.261.555,69
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes RPPS	86.013,94	119.187,83	94.292,39	132.997,08	141.343,14	157.014,67	175.760,88
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	7.309.653,55	10.480.225,02	9.267.319,89	6.851.699,76	9.795.115,81	9.679.875,28	9.828.235,57
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.480.371,99	2.318.516,96	700.993,10	329.319,48	1.013.484,84	545.222,74	333.677,72
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Executvi / Indiretas	1.451.430,79	2.310.960,96	662.446,90	228.027,48	971.560,39	522.668,71	319.874,60
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Legislativo	28.941,20	6.256,00	34.728,40	101.292,00	40.411,15	21.739,92	13.304,89
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos RPPS	-	1.300,00	3.817,80	-	1.513,30	814,11	498,24
4.5.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Executvi / Indiretas	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	5.829.281,56	8.161.708,06	8.566.326,79	6.522.380,28	8.781.630,98	9.134.652,54	9.494.557,85
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Executivo / Indiretas	5.829.281,56	8.161.708,06	8.566.326,79	6.522.380,28	8.781.630,98	9.134.652,54	9.494.557,85
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
9.9.99.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	3.712.010,60	6.470.942,53	12.464.902,08
9.9.99.99.99.99.02	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	-	-	-	-	1.894.501,74	1.846.463,47	1.790.078,31
	TOTAL DA DESPESA	73.199.444,33	82.084.230,35	87.277.893,14	88.445.667,38	111.466.543,72	128.151.838,90	149.551.067,36

Fonte: PRONIM CP - Contabilidade Pública, SECRETARIA DA FAZENDA, 21/Jun/2018, 10h e 35min.

Município de Rosário do Sul
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019
Estimativas para a Receita Corrente Líquida
Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 19/2016, do TCE/RS

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)	90.972.350,81	102.306.402,87	114.845.184,42	131.545.640,14	153.421.917,14
II - DEDUÇÕES	19.301.449,54	20.997.809,47	22.771.539,92	25.950.355,39	29.967.118,67
I R R F s/Rendimentos do Trabalho	1.648.196,01	1.625.191,56	1.807.355,61	2.593.726,26	3.629.006,62
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	3.234.143,76	2.487.323,76	3.418.253,16	3.973.016,89	4.558.289,54
Compensação Financeira entre Regimes	1.686.583,27	2.538.092,16	1.620.292,93	1.685.428,70	1.751.834,59
Rendimentos de Aplicações de Rec.Previdenciários	1.378.866,44	1.559.074,20	1.760.710,20	1.880.574,70	2.006.272,61
Deduções da Receita Corrente	11.353.660,06	12.788.127,79	14.164.928,03	15.817.608,84	18.021.715,31
III - (+) Ajuste Perdas com o Fundeb	208.420,45	444.549,19	977.801,75	1.612.888,21	2.444.373,72
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II+III)	71.879.321,72	81.753.142,59	93.051.446,26	107.208.172,95	125.899.172,19

Fonte: PRONIM CP - Contabilidade Pública, SECRETARIA DA FAZENDA, 21/Jun/2018, 10h e 35min.

Município de Rosário do Sul
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019
Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2019 a 2021

PODER EXECUTIVO	2019	2020	2021
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	50.247.780,98	57.892.413,39	67.985.552,98
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	47.735.391,93	54.997.792,72	64.586.275,33
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	45.223.002,88	52.103.172,05	61.186.997,68

PODER LEGISLATIVO	2019	2020	2021
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	5.583.086,78	6.432.490,38	7.553.950,33
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	5.303.932,44	6.110.865,86	7.176.252,81
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	5.024.778,10	5.789.241,34	6.798.555,30

Fonte: PRONIM CP - Contabilidade Pública, SECRETARIA DA FAZENDA, 21/Jun/2018, 10h e 35min.

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legal, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

Município de Rosário do Sul
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019
TABELA 02 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida e Resultado Nominal - Exceto RPPS

Exercício	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
(1) Dívida Consolidada - Exceto RPPS	35.995.537,73	70.791.430,46	68.825.709,37	64.712.533,59	60.421.078,08	55.384.819,02
(2) Disponibilidades Financeiras (Líquidas)	3.784.753,77	10.597.052,84	11.725.072,42	8.702.293,01	10.341.472,76	10.256.279,40
(3) Dívida Consolidada Líquida	32.210.783,96	60.194.377,62	57.100.636,95	56.010.240,58	50.079.605,32	45.128.539,62
(4) Passivos Reconhecidos				0	-	-
(5) Dívida Fiscal Líquida	32.210.783,96	60.194.377,62	57.100.636,95	56.010.240,58	50.079.605,32	45.128.539,62
(6) Resultado Nominal	6.555.996,09	(1.650.056,62)	(3.093.740,67)	-1090396,374	(5.930.635,25)	(4.951.065,70)

Cronograma Anual de Operações Realizadas e do Serviço da Dívida

Valores em R\$

Operações de Crédito / Pagamentos	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	46.189,37	-	40.656,71	0,00	0,00	0,00
2.2 Encargos - Exceto RPPS	427.747,87	364.913,04	127.250,40	362.704,16	392.046,93	423.724,32
2.3 Amortizações - Exceto RPPS	8.161.708,06	8.566.326,79	6.522.380,28	8.781.630,98	9.134.652,54	9.494.557,85

Fonte: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DA FAZENDA, 21/Jun/2018, 10h e 35m.

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Resultado Nominal – Representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

Município de Rosário do Sul
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019				2020				2021			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB	% RCL
			(a / PIB) x 100	(a /RCL) x 100			(b / PIB) x 100	(B /RCL) x 100			(c / PIB) x 100	(b /RCL) x 100
Receita Total	111.466.543,72	107.107.277,53	0,023%	119,79%	128.151.838,90	118.381.118,35	0,025%	119,54%	149.551.067,36	132.912.063,46	0,000%	118,79%
Receitas Primárias (I)	109.381.405,69	105.103.685,68	0,023%	117,55%	125.924.750,17	116.323.830,23	0,025%	117,46%	147.175.119,66	130.800.462,95	0,000%	116,90%
Despesa Total	111.466.543,72	107.107.277,53	0,023%	119,79%	128.151.838,90	118.381.118,35	0,025%	119,54%	149.551.067,36	132.912.063,46	0,000%	118,79%
Despesas Primárias (II)	102.322.208,59	98.320.561,72	0,022%	109,96%	118.625.139,43	109.580.765,99	0,023%	110,65%	139.632.785,19	124.097.286,19	0,000%	110,91%
Resultado Primário (I – II)	7.059.197,10	6.783.123,96	0,001%	7,59%	7.299.610,74	6.743.064,24	0,001%	6,81%	7.542.334,47	6.703.176,75	0,000%	5,99%
Resultado Nominal	- 1.090.396,37	- 1.047.752,83	0,000%	-1,17%	- 5.930.635,25	- 5.478.463,98	-0,001%	-5,53%	- 4.951.065,70	- 4.400.211,72	0,000%	-3,93%
Dívida Pública Consolidada	64.712.533,59	62.181.736,89	0,014%	69,54%	60.421.078,08	55.814.375,01	0,012%	56,36%	55.384.819,02	49.222.721,78	0,000%	43,99%
Dívida Consolidada Líquida	56.010.240,58	53.819.775,70	0,012%	60,19%	50.079.605,32	46.261.370,38	0,010%	46,71%	45.128.539,62	40.107.552,74	0,000%	35,84%
Receitas Primárias Advidnas de PPP (IV)	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV) - (V)	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%

Fonte: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DA FAZENDA, 21/Jun/2018, 10h e 35m.

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 – as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;
- 2 – as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 – o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 – o resultado nominal representa a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 – a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 – a dívida Consolidada Líquida – DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Premissas e Metodologia Utilizadas:

1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na **Tabela 01**. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2015, 2016 e 2017) e os valores reestimados para o exercício atual (2018), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.

2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeio. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no **Anexo IV**. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.

3 – No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários.

4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2019, 2020 e 2021, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 2,5%, 2,61% e 2,52% e das taxas de inflação (IPCA), de 4,07%, 4,02% e 3,94%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 30/05/2018.

5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.

6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 403/2016 e suas alterações. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisto por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2019. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.

7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada para 2019, 2020 e 2021, utilizou-se, como parâmetros a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC, de 7,31%, 8,09% e 8,08%, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 30/05/2018.

8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2018, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.

9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas para o ano de referência da LDO (2019), os números mais representativos no contexto das projeções:

9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2019, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 111.466.543,72, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras R\$ 2.085.138,04, das resultantes de Operações de Crédito R\$ 0,00, das Alienações de Bens R\$ 0,00 e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos R\$ 0,00, resultam numa Receita Primária de R\$ 109.381.405,68.

9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 111.466.543,72. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 362.704,16, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 0,00 e a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 8.781.630,98, tem-se que as despesas primárias para 2019 foram previstas em R\$ 102.322.208,58.

9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2019 que foi inicialmente prevista em R\$ 7.059.197,10 a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO.

10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na **Tabela 02**.

Fonte: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DA FAZENDA, 22/Jun/2018, 10h e 35m.

Município de Rosário do Sul
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - RPPS
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019			2020			2021		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total RPPS	16.385.815,15	15.744.993,90	0,003%	18.681.425,09	17.257.091,38	0,004%	21.100.210,29	18.752.607,65	0,004%
Receitas Primárias RPPS (I)	14.625.104,96	14.053.142,07	0,003%	16.800.850,40	15.519.897,93	0,003%	19.093.937,68	16.969.552,29	0,003%
Despesa Total RPPS	16.385.815,15	15.744.993,90	0,003%	18.681.425,09	17.257.091,38	0,004%	21.100.210,29	18.752.607,65	0,004%
Despesas Primárias RPPS (II)	16.385.815,15	15.744.993,90	0,003%	18.681.425,09	17.257.091,38	0,004%	21.100.210,29	18.752.607,65	0,004%
Resultado Primário RPPS (I – II)	- 1.760.710,20	- 1.691.851,83	0,000%	- 1.880.574,70	- 1.737.193,45	0,000%	-2.006.272,61	-1.783.055,36	0,000%

Fonte: PRONIM CP - Contabilidade Pública, SECRETARIA DA FAZENDA, 21/Jun/2018, 10h e 35min.

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de Rosário do Sul
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO (EXCLUÍDAS A RECEITAS E DESPESAS DO RPPS)
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019			2020			2021		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total	95.080.728,57	91.362.283,63	0,020%	109.470.413,81	101.124.026,96	0,021%	128.450.857,07	114.159.455,82	0,023%
Receitas Primárias (I)	94.756.300,73	91.050.543,60	0,020%	109.123.899,78	100.803.932,31	0,021%	128.081.181,98	113.830.910,66	0,023%
Despesa Total	95.080.728,57	91.362.283,63	0,020%	109.470.413,81	101.124.026,96	0,021%	128.450.857,07	114.159.455,82	0,023%
Despesas Primárias (II)	85.936.393,43	82.575.567,82	0,018%	99.943.714,34	92.323.674,61	0,020%	118.532.574,89	105.344.678,54	0,021%
Resultado Primário (I – II)	8.819.907,30	8.474.975,78	0,002%	9.180.185,44	8.480.257,70	0,002%	9.548.607,08	8.486.232,12	0,002%

Fonte: PRONIM CP - Contabilidade Pública, SECRETARIA DA FAZENDA, 21/Jun/2018, 10h e 35min.

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário.

Os valor acima identificados, representam as metas de receitas, despesas e resultado primário do Tesouro Municipal (Excetuadas as receitas e despesas previdenciárias).

A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais consolidado.

Município de Rosário do Sul
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º,

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em	% PIB	% RCL	Variação	
	2017 (a)			2017 (b)			Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	119.570.494,56	0,027%	166,35%	86.752.129,75	0,019%	120,69%	- 32.818.364,81	-27,45%
Receita Primárias (I)	117.187.554,27	0,026%	163,03%	85.138.858,20	0,019%	118,45%	- 32.048.696,07	-27,35%
Despesa Total	119.570.494,56	0,027%	166,35%	87.277.893,14	0,019%	121,42%	- 32.292.601,42	-27,01%
Despesa Primárias (II)	109.934.161,36	0,024%	152,94%	78.346.653,31	0,017%	109,00%	- 31.587.508,05	-28,73%
Resultado Primário (I-II)	7.253.392,91	0,002%	10,09%	6.792.204,89	0,002%	9,45%	- 461.188,02	-6,36%
Resultado Nominal	6.502.449,00	0,001%	9,05%	- 1.650.056,62	0,000%	-2,30%	- 8.152.505,62	-125,38%
Dívida Pública Consolidada	70.791.430,46	0,016%	98,49%	70.791.430,46	0,016%	98,49%	-	0,00%
Dívida Consolidada Líquida	60.194.377,62	0,013%	83,74%	60.194.377,62	0,013%	83,74%	-	0,00%

Fonte: PRONIM CP - Contabilidade Pública, SECRETARIA DA FAZENDA, 21/Jun/2018, 10h e 35min.

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2017), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2017 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R\$ 6.792.204,89, onde a meta estabelecida, era de R\$ 7.253.392,91. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho favorável apresentado pela despesa, tendo sido condicionado pelo comportamento da diminuição das despesas primárias, que apresentaram um decréscimo de 28,73% em relação ao valor consignado no previsto.

A dívida consolidada totalizou R\$ 9.635.770,42, valor -0,15% inferior ao saldo de R\$ 36.049.363,35 estimado para o exercício. Tal comportamento é reflexo da diminuição dos desembolsos da amortização da dívida que totalizou em 2016 R\$ 8.161.708,06, valor menor da projeção consignada na Lei do Orçamento de R\$ 8.538.108,88.

No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2017, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida em R\$ (3.784.753,77). Contudo, os resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício apontam que o estoque da dívida, atualizado em dezembro daquele ano era de R\$ 32.210.783,96 que, comparado com o montante apurado ao final de 2015, apresentou um resultado nominal de R\$ 19.350.797,64, que ficou acima da previsão inicial da LDO, que era de R\$ 850.308,17.

Município de Rosário do Sul
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2019

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2016	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação%	2021	Variação %
Receita Total	89.439.314,16	119.570.494,56	33,69%	122.181.508,58	2,18%	111.466.543,72	-8,77%	128.151.838,90	14,97%	149.551.067,36	16,70%
Receitas Primárias (I)	87.762.309,66	117.187.554,27	33,53%	120.043.729,96	2,44%	109.381.405,69	-8,88%	125.924.750,17	15,12%	147.175.119,66	16,88%
Despesa Total	89.439.314,16	119.570.494,56	33,69%	122.181.508,58	2,18%	111.466.543,72	-8,77%	128.151.838,90	14,97%	149.551.067,36	16,70%
Despesas Primárias (II)	80.572.505,28	109.934.161,36	36,44%	114.519.638,70	4,17%	102.322.208,59	-10,65%	118.625.139,43	15,93%	139.632.785,19	17,71%
Resultado Primário (I – II)	7.189.804,38	7.253.392,91	0,88%	5.524.091,26	-23,84%	7.059.197,10	27,79%	7.299.610,74	3,41%	7.542.334,47	3,33%
Resultado Nominal	6.555.425,21	6.502.449,00	-0,81%	- 3.093.740,67	-147,58%	- 1.090.396,37	-64,75%	- 5.930.635,25	443,90%	- 4.951.065,70	-16,52%
Dívida Pública Consolidada	35.995.537,73	70.791.430,46	96,67%	68.825.709,37	-2,78%	64.712.533,59	-5,98%	60.421.078,08	-6,63%	55.384.819,02	-8,34%
Dívida Consolidada Líquida	32.188.635,22	60.194.377,62	87,01%	57.100.636,95	-5,14%	56.010.240,58	-1,91%	50.079.605,32	-10,59%	45.128.539,62	-9,89%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2016	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %
Receita Total	96.272.778,28	123.851.118,27	28,65%	122.181.508,58	-1,35%	107.107.277,53	-12,34%	118.381.118,35	10,53%	132.912.063,46	12,27%
Receitas Primárias (I)	94.467.645,00	121.382.868,71	28,49%	120.043.729,96	-1,10%	105.103.685,68	-12,45%	116.323.830,23	10,68%	130.800.462,95	12,45%
Despesa Total	96.272.778,28	123.851.118,27	28,65%	122.181.508,58	-1,35%	107.107.277,53	-12,34%	118.381.118,35	10,53%	132.912.063,46	12,27%
Despesas Primárias (II)	86.728.515,41	113.869.804,34	31,29%	114.519.638,70	0,57%	98.320.561,72	-14,15%	109.580.765,99	11,45%	124.097.286,19	13,25%
Resultado Primário (I – II)	7.739.129,59	7.513.064,38	-2,92%	5.524.091,26	-26,47%	6.783.123,96	22,79%	6.743.064,24	-0,59%	6.703.176,75	-0,59%
Resultado Nominal	7.056.281,72	6.735.236,67	-4,55%	- 3.093.740,67	-145,93%	- 1.047.752,83	-66,13%	- 5.478.463,98	422,88%	- 4.400.211,72	-19,68%
Dívida Pública Consolidada	38.745.717,76	73.325.763,67	89,25%	68.825.709,37	-6,14%	62.181.736,89	-9,65%	55.814.375,01	-10,24%	49.222.721,78	-11,81%
Dívida Consolidada Líquida	34.647.955,10	62.349.336,34	79,95%	57.100.636,95	-8,42%	53.819.775,70	-5,75%	46.261.370,38	-14,04%	40.107.552,74	-13,30%

Fonte: PRONIM CP - Contabilidade Pública, SECRETARIA DA FAZENDA, 21/Jun/2018, 10h e 35min.

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2019), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2016, 2017 e 2018), bem como para os dois seguintes (2020 e 2021), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2016, 2017 e 2018 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2019, 2020 e 2021, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de Rosário do Sul
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	28.655.825,72	238,58%	28.655.825,72	97,46%	-	0,00%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	(16.644.733,24)	-138,58%	746.773,80	2,54%	(1.995.846,86)	100,00%
TOTAL	12.011.092,48	100,00%	29.402.599,52	100,00%	(1.995.846,86)	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	22.149.158,70	47,65%	22.149.158,70	262,15%	(178.394,56)	1,10%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	24.331.612,24	52,35%	(13.700.148,40)	-162,15%	(16.047.028,15)	98,90%
TOTAL	46.480.770,94	100,00%	8.449.010,30	100,00%	(16.225.422,71)	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	50.804.984,42	86,86%	50.804.984,42	134,22%	(178.394,56)	0,98%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	7.686.879,00	13,14%	(12.953.374,60)	-34,22%	(18.042.875,01)	99,02%
TOTAL	58.491.863,42	100,00%	37.851.609,82	100,00%	(18.221.269,57)	100,00%

Fonte: PRONIM CP - Contabilidade Pública, SECRETARIA DA FAZENDA, 21/Jun/2018, 10h e 35min.

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2015, 2016 e 2017), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 1721/1995, está sobre a gestão do Fundo de Aposentadoria dos Servidores Municipais de Rosário do Sul, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2015 a 2017, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ -18.042.875,01 em 31.12.2015 para R\$ -12.953.374,60 em 31.12.2016

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2017 com superávit de R\$ 7.686.879,00.

Município de Rosário do Sul
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2016	2015
RECEITAS CORRENTES (I)	12.727.118,64	12.159.516,97	9.401.283,17
Receita de Contribuições dos Segurados	3.026.594,90	2.425.451,81	2.223.933,94
Civil	3.026.594,90	2.425.451,81	2.223.933,94
Ativo	3.022.762,30	2.425.851,81	2.223.933,94
Inativo	3.832,60		
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais	51.189,02	7.170.038,31	3.543.736,49
Civil	51.189,02	52.715,94	69.160,99
Ativo	51.189,02	52.715,94	58.118,07
Inativo			11.042,92
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Para Cobertura do Déficit Atuarial		151.439,49	156.232,46
Em Regime de Parcelamento de Débitos		6.965.882,88	3.318.343,04
Receita Patrimonial	1.339.494,57	1.522.607,35	1.011.754,32
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	1.339.494,57	1.522.607,35	1.011.754,32
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outras Receitas Correntes	8.309.840,15	1.041.419,50	2.621.858,42
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	7.218.768,73	197.864,30	1.985.809,44
Demais Receitas Correntes	1.091.071,42	843.555,20	636.048,98
RECEITAS DE CAPITAL (II)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	12.727.118,64	12.159.516,97	9.401.283,17
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2016	2015
ADMINISTRAÇÃO (IV)	98.110,19	1.300,00	
Despesas Correntes	94.292,39		
Despesas de Capital	3.817,80	1.300,00	
PREVIDÊNCIA (V)	12.033.916,42	10.444.408,20	8.349.034,14
Benefícios - Civil	12.033.916,42	10.325.220,37	8.263.020,20
Aposentadorias	10.260.249,30	8.787.674,89	7.027.062,51
Pensões	1.773.667,12	1.537.545,48	1.235.957,69
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias		119.187,83	86.013,94
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias	103.307,07	119.187,83	86.013,94
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	12.132.026,61	10.445.708,20	8.349.034,14
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	595.092,03	1.713.808,77	1.052.249,03
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2017	2016	2015
VALOR	14.723.764,63	4.032.593,73	1.124.000,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO	2017	2016	2015
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	156.359,84	524.451,49	450.580,96
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS	2017	2016	2015
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.589.901,81	968.786,35	5.011.447,08
Investimentos e Aplicações	11.656.805,65	11.103.714,36	1.252.177,58
Outro Bens e Direitos	675.192,49	290.578,13	1.975.553,23

Município de Rosário do Sul
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2019	2020	2021	
TAXAS- IPTU-ISSQN	DESCONTO, MULTA E JUROS	CONTRIBUINTES	205.000,00	213.343,50	221.919,91	Vide Obsevação
IPTU	ISENÇÃO	PESSOAS TENHAM UM IMÓVEL E RECEBAM ATÉ 1 SALÁRIO MINIMO E PORTADORAS DE DOENÇAS CONSIDERADAS GRAVES	128.000,00	133.209,60	138.564,63	
DÍVIDA ATIVA	ANISTIA E REMIÇÃO DE JUROS E MULTAS	CONTRIBUINTES	466.000,00	484.966,20	504.461,84	
TOTAL			799.000,00	831.519,30	864.946,38	abaixo

Fonte: PRONIM CP - Contabilidade Pública, SECRETARIA DA FAZENDA, 21/Jun/2018, 10h e 35min.

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2019 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2020 e 2021, foram claculados a partir dos valores de 2019, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2020: 4,07%

Inflação para 2021: 4,02%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 54 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de Rosário do Sul
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso

V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2018
Aumento Permanente da Receita	3.583.520,15
Decorrente de Receitas Tributárias	(47.912,95)
Decorrente de Transferências Correntes	3.631.433,10
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(800.848,72)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	2.782.671,43
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	2.782.671,43
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	7.576.235,64
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	5.874.443,37
Relativas a Outras Despesas Correntes	1.701.792,27
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	SEM MARGEM

Fonte: PRONIM CP - Contabilidade Pública, SECRETARIA DA FAZENDA, 21/Jun/2018, 10h e 35min.

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2019 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2018-2019.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2018, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2018-2019 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder

Município de Rosário do Sul
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
EXERCÍCIO DE 2019

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	200.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da reserva de contingência	380.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	180.000,00		
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	380.000,00	SUBTOTAL	380.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	200.000,00	Limitação de empenhos conforme LDO	200.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	200.000,00	SUBTOTAL	200.000,00
TOTAL	580.000,00	TOTAL	580.000,00

Fonte: PRONIM CP - Contabilidade Pública, SECRETARIA DA FAZENDA, 21/Jun/2018, 10h e 35min.

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.